



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

ASPECTOS ECONÔMICOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO TERRITÓRIO DE
IDENTIDADE VELHO CHICO (BA): UMA PERSPECTIVA INDUTIVA DE PESQUISA

Érico Rodrigo Mineiro Pereira (Universidade Salvador (Unifacs)) - ericompereira@gmail.com
*Formado em Ciências Econômicas pela UEFS. Mestre em Ciências Sociais pela UFRB. Doutorando em
Desenvolvimento Urbano e Regional (Unifacs)*

Manoel Joaquim Fernandes de Barros (Universidade Salvador (Unifacs)) - manoelj@unifacs.br
*Formado pela Universidade Salvador (Unifacs). Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Doutor
em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Professor Titular da Universidade Salvadoridade Salvador*

Aspectos Econômicos e Desenvolvimento Regional no Território de Identidade Velho Chico (BA): uma perspectiva indutiva de pesquisa

Resumo

O Território de Identidade Velho Chico situa-se dentre aqueles de pior situação do ponto de vista socioeconômico, dificultando, entre outras coisas, a fixação de pessoas, além de possuir condições desfavoráveis para aqueles outros que, por motivos diversos, não conseguiram buscar alternativas de vida em outras cidades. Caracteriza-se também por situar-se em áreas ocupadas por dois grandes sesmeiros no processo de colonização do Brasil, a saber, Guedes de Brito e Garcia D'ávila. Sobremaneira, pela grande concentração de terras em mãos de proprietários que não produzem nela, e pela existência de um extenso curso d'água – o Rio São Francisco. O objetivo do trabalho aqui consubstanciado é apontar para possíveis saídas ao problema dos baixos indicadores ali observados, identificando investimentos aderentes à realidade que possam possibilitar a minoração ou superação dos entraves no pós-pandemia, algo que será feito por meio da análise do que inversões realizadas na região – de que são exemplos os planos de desenvolvimento já implementados pela FUNDIFRAM e CODEVASF; daquelas ideias consubstanciadas na construção de pontes e rodovias locais, corolários todos de iniciativas com planejamento ainda na década de 1940, sendo boa parte deles voltada à implementação do agronegócio no contexto do PLAVASF; e de peças orçamentárias como a LOA (Lei Orçamentária Anual), a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e o PPA (Plano Plurianual) desses primeiros vinte anos do século XXI (Estado da Bahia). Entende-se aqui a pobreza como histórica e contrária ao desenvolvimento de potencialidades, sendo a sua superação o objeto de busca neste trabalho empreendida, o qual será buscado por meio do método indutivo de pesquisa.

Palavras-chave: 1. Território de Identidade Velho Chico. 2. Pobreza. 3. Desenvolvimento Regional. 4. Desenvolvimento Socioeconômico. 5. Concentração Fundiária.

Abstract

The Velho Chico Identity Territory is among those in the worst situation from a socioeconomic point of view, making it difficult, among other things, to settle people, in addition to having unfavorable conditions for those others who, for several reasons, were unable to seek alternatives to life in other cities. It is also characterized by being in areas occupied by two large sesmeiros in the colonization process of Brazil, namely, Guedes de Brito and Garcia D'ávila. Due to the large concentration of land in the hands of owners who do not produce on it, and the existence of an extensive watercourse – the São Francisco River. The objective of the work embodied here is to point to possible solutions to the problem of the low indicators observed there, identifying investments that adhere to reality that can enable the mitigation or overcoming of obstacles in the post-pandemic, something that will be done through the analysis of the investments made in the region – examples of which are the development plans already implemented by FUNDIFRAM and CODEVASF; those ideas embodied in the construction of

bridges and local highways, all corollaries of initiatives that were still planned in the 1940s, most of which were aimed at implementing agribusiness in the context of PLAVASF; and budget items such as the LOA (Annual Budget Law), the LDO (Budget Guidelines Law) and the PPA (Pluriannual Plan) of these first twenty years of the 21st century (State of Bahia). Poverty is understood here as historical and contrary to the development of potential, and overcoming it is the object of the search in this work undertaken, which will be looked for through the inductive method of research.

Keywords: 1. Old Chico Identity Territory. 2. Poverty. 3. Regional Development. 4. Socioeconomic Development. 5. Land Concentration.

1 INTRODUÇÃO

A produção econômica avançou na esteira do desenvolvimento da técnica e do aumento da produtividade, causando acelerada urbanização em certas áreas, bem como, desequilíbrios econômico-regionais que inicialmente a teoria econômica neoclássica não conseguia ver, haja vista a sua concepção homogênea de espaço (SOUZA, 1981). O ritmo de acumulação do capital formatou um tipo específico de desenvolvimento, o qual passou a desafiar a ciência a ponto de fazer emergirem pesquisas para a compreensão da realidade assim constituída. Pochmann e Silva (2020), em recorte histórico a partir da transição economia agro-exportadora/industrial (quando a riqueza acumulada em virtude da cultura do café serviu como financiadora de atividades industriais locais), afirmam a desigualdade social enquanto categoria importante da realidade do país, muito embora Souza (2013, p. 07) afirme ter havido queda nos níveis de desigualdade latino-americana na primeira década do século XX – “embora o país continue muito desigual para padrões internacionais”.

A Bahia participa e padece dessa problemática, reproduzindo em seu interior igual disparidade entre regiões, com reflexos na situação socioeconômica de seus habitantes. Segundo SEI (2014), dezoito dos seus municípios produzem 70% da riqueza estadual. Trata-se de espaços relativamente diferenciados entre si, nos quais se sente a falta de, por exemplo, uma agricultura familiar com grau significativo de dinamismo econômico (SEI, 2017). O objetivo desta pesquisa é analisar, a partir de SEI (2014; 2017; 2018) e Estrela (2011), quais investimentos se mostram capazes de provocar, no TI Velho Chico, modificações no sentido da diminuição da situação de pobreza ali verificada. Os específicos são 1) identificar os aspectos metodológicos e elementos estruturantes, bem como, os

diagnósticos construídos a partir dos estudos e trabalhos empreendidos pelas entidades SEI, FUNDIFRAN e CODEVASF¹ para utilizá-los como saídas para o desenvolvimento econômico e regional baiano no TI Velho Chico; 2) relacionar investimentos realizados no local a desenvolvimento econômico, observando e desenvolvendo conexões e controvérsias, assim como, possíveis causalidades entre eles e a realidade local; por fim, (3) identificar os investimentos de melhor retorno socioeconômico que possam ser feitos no território, buscando, no citado contexto, informações sobre rebatimentos, no sentido de diminuir as condições de pobreza vigentes.

Partindo-se do citado objetivo, a justificativa a este projeto de pesquisa é a constatação da situação antiga de miséria em que vivem milhares de pessoas, seguida de um sentimento de inquietação e da conseqüente busca por transformar uma realidade histórica em prol da construção de um quadro socioeconômico favorável ao pleno desenvolvimento das pessoas e da sociedade ali presentes. A fim de contribuir para que soluções sejam encontradas, pergunta-se: quais investimentos melhor aderem à realidade do TI Velho Chico com vistas a minorar o quadro socioeconômico de pobreza ali vigente? Em Souza (2013, p. 35), existe uma correspondência entre desigualdade regional e desigualdade interpessoal de renda, sendo aquela “[...] local, no Brasil como um todo ou em cada macrorregião agregada em separado”. O problema, assim, torna-se mais sério “[...] do que a superação de quaisquer supostas dicotomias entre o moderno e o arcaico – ou entre o centro e a periferia – e permanece constitutivo da experiência brasileira, apesar dos avanços recentes” (SOUZA, 2013, p. 35).

2. METODOLOGIA

O TI Velho Chico é território complexo e relativamente desconhecido para o mundo da pesquisa, além de ficar bem distante do centro de decisão no Estado da Bahia. Caracteriza-se também por ser distribuído geograficamente de maneira longitudinal, abarcando municípios em extremos Norte e Sul com traços de extrema pobreza a Norte (SEI, 2017) e vizinhança de Estados ricos ao Sul (Minas Gerais). Para completar o quadro de diversidade, a Leste – e ao Sul (em Bom Jesus da Lapa), localiza-se o potencial das energias renováveis – eólica e solar,

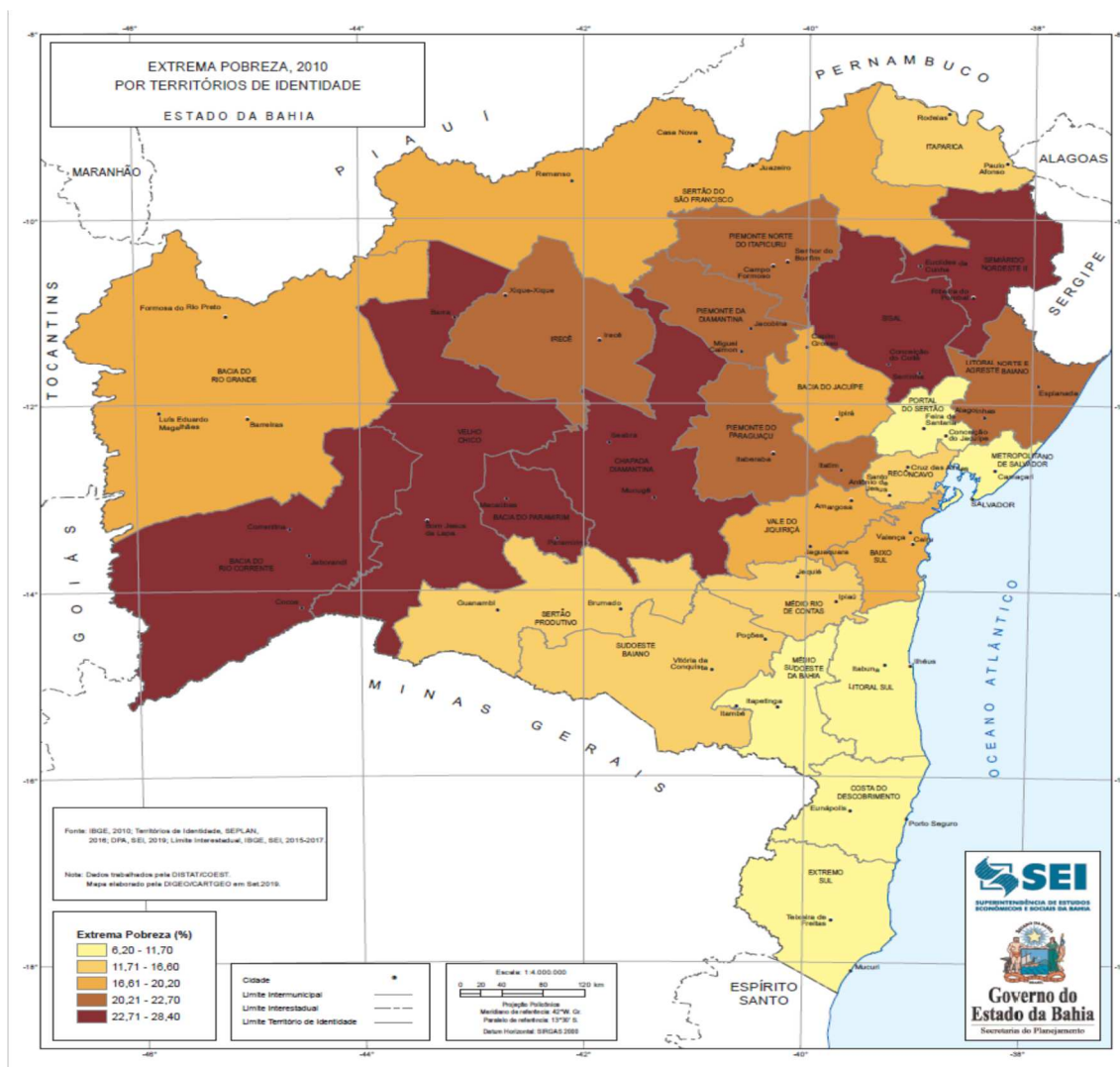
¹ Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, entidade criada em 1974 e responsável pelo desenvolvimento de projetos infraestruturais nessa região.

respectivamente, ficando o agronegócio a Oeste – em Barra e Muquém do São Francisco, embora já existam iniciativas para energia eólica também no município de Barra². O Rio São Francisco suplementa o cenário, banhando vários de seus municípios, do que resultam vantagens alocativas.

Apresenta-se como pouco relevante do ponto de vista econômico, representando menos de 2% do PIB estadual (SEI, 2018). Em termos educacionais, situa-se numa zona mediana entre os territórios mais bem escolarizados e os com maior número de analfabetos. Em um e outro caso, bem diferente em relação ao Território de Identidade Metropolitano e Portal do Sertão, dadas as posições que ocupam em termos de representatividade no PIB. Outrora caracterizava-se como rota de tropeiros que transitavam do Recôncavo baiano a Minas Gerais, no que atravessavam o São Francisco em jornadas épicas marcadas pelos passos dos animais de montaria, pelos peixes que disputavam o gado aos tropeiros e pelo próprio gado, que caminhava longas distâncias para alimentar as Minas de Minas Gerais.

² “Renova Energia Irá Construir Complexo de Energia Eólica em Barra”. Disponível em <https://www.bomjesusdalapanoticias.com.br/regiao/renova-energia-ira-construir-complexo-de-energia-eolica-em-barra/>. Acesso a 21/10/2021.

Figura 01 – Territórios de Identidade Baianos e Extrema Pobreza



Fonte: IBGE, 2010, Territórios de Identidade, SEPLAN

Todo esse Território está localizado numa região cujo percentual de analfabetismo encontra-se num intervalo entre 17,45% e 22,24%, algo mediano para a Bahia, que possui áreas com percentuais de até 4,87% (novamente, região Metropolitana de Salvador e Portal do Sertão, áreas já citadas neste texto como de pequenos percentuais de extrema pobreza) e entre 25,60% e 30,26% (Semiárido Nordeste II – Euclides da Cunha e Ribeira do Pombal são municípios citados no mapa). Em termos de participação no PIB estadual (em números para 2016), a baixa representatividade do TI Velho Chico é marcante, com o indicador situado entre 0,39% e 1,30%. O mais baixo da Bahia, embora comum a outros Territórios (Piemonte da Chapada, Bacia do Jacuípe, Piemonte do Paraguassu, dentre

outros). O Metropolitano de Salvador possui representatividade localizada entre 7,15% e 44,97% em termos de produto (SEI, 2021).

Tendo em vista o quadro acima, para consecução desta pesquisa em seus objetivos, pretende-se rever literatura referente a desenvolvimento no contexto do século XXI.

Outrossim, realizar pesquisa documental e bibliográfica em entidades como a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), FUNDIFRAN e CO-DEVASF; no Plano Diretor PLAVASF³; na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), na LOA (Lei Orçamentária Anual) e no PPA (Plano Plurianual) pensados pelo Governo estadual e aprovados pela Assembleia Legislativa da Bahia - referentes ao período 2000/2020, com o objetivo de identificar as inversões financeiras já feitas no TI Velho Chico nos últimos 20 anos, a fim de colocá-las em contraposição aos efeitos por elas causados nas condições socioeconômicas existentes no citado território. A ideia é refletir sobre o que já foi feito e levar em conta as consequências derivadas dos diagnósticos e planos implementados, comparando-se o painel resultante com os dados e indicadores socioeconômicos presentes na região.

A indução será o método de abordagem para a pesquisa, dado o quadro de potencialidades existentes e a falta de clareza do que pode ser feito – pela diversidade, complexidade e distância geográfica relativamente ao centro econômico do Estado, em termos de investimentos econômicos que minorem a situação socioeconômica adversa presente. Em Pereira (1996), a indução é apresentada sob um duplo viés, posicionando Francis Bacon (1561-1626) e Aristóteles (384-322 a.C) em locais teóricos diferentes. A abordagem a ser aqui utilizada se utiliza da indução em Bacon, no que será suplementada pelo método procedimental histórico. O presente pós-pandemia do território em estudo, com suas formas de vida, de existência e dificuldades, teve deflagração num pretérito localizado temporalmente na transição economia primário-exportadora e industrial em finais do século XIX e inícios do XX. A pesquisa bibliográfica complementarará o esforço de pesquisa.

³ Plano Diretor de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, “Apresentado na Câmara dos Deputados em 1991 [...]” (ESTRELA, 2011, p. 15 – destaque do autor).

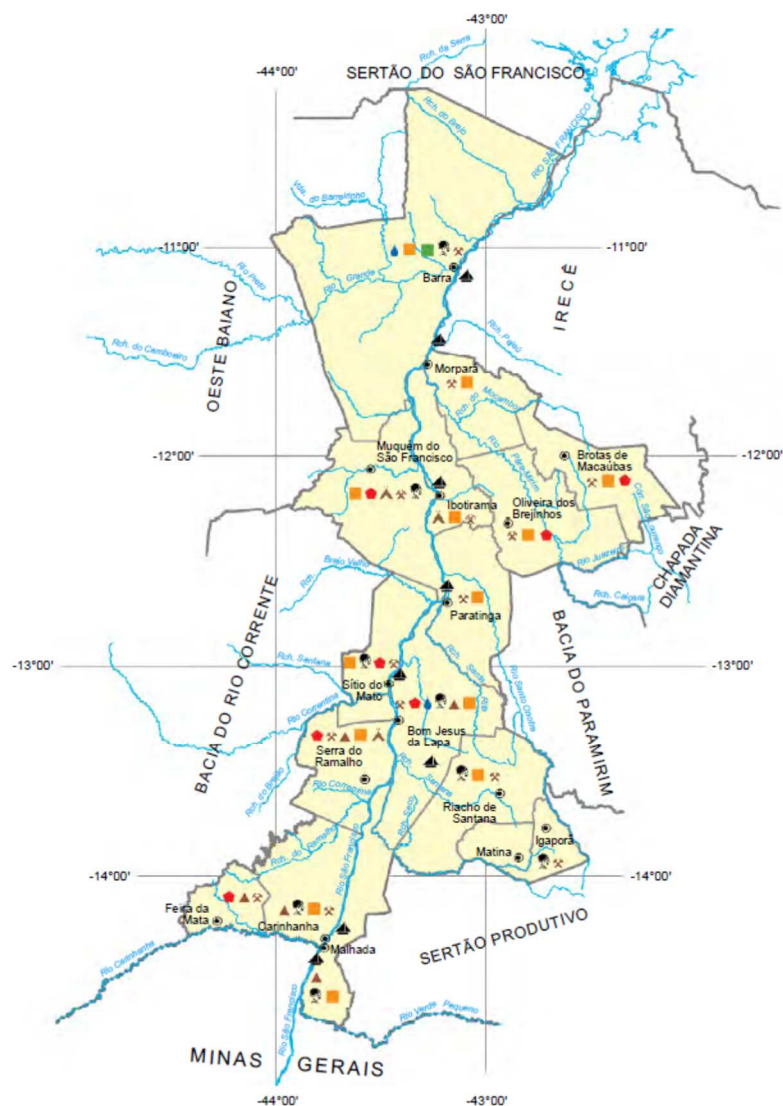
3. REFERENCIAL TEÓRICO

O país emerge para o mundo a partir das navegações portuguesas, conforma acima se disse, e da divisão, entre Portugal e Espanha, da terra “descoberta”. Daí boa parte do futuro hoje conhecido do país - e há pouco descrito de maneira resumida, incluindo-se a maneira como foi ocupada e colonizada a sua imensa extensão territorial, que hoje encontra-se dividida em 27 unidades federativas, as quais formam regiões e sub-regiões desequilibradas do ponto de vista econômico e social, muito tempo depois de também ter sido dividida em “15 lotes” territoriais no sistema de Capitânicas Hereditárias (CALDEIRA, 2017, p. 57). Ao fim e ao cabo, “coube a Portugal, com toda a sua história, a tarefa de encontrar uma forma de utilização econômica das terras americanas que não fosse a fácil extração de metais preciosos [dos Espanhóis]” (FURTADO, 1963, p. 10).

Uma das várias divisões territoriais que a Bahia experimentou, o Território de Identidade⁴ Velho Chico (TI Velho Chico) compreende parte dessas sesmarias.

⁴ Segundo SEPLAN (s/d, p.06, grifo nosso), “O território (de Identidade) é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial”.

Figura 02 – Território de Identidade Velho Chico (TI Velho Chico)



Fonte: SEI (2018, p. 176)

À margem esquerda do Rio São Francisco, em áreas que hoje pertencem ao município de Barra, localizavam-se posses da “Casa da Torre, de Garcia D’Ávila”; à margem direita, a sesmaria da Casa da Ponte, de Antônio Guedes de Brito⁵ – especificamente onde hoje se localiza o município de Bom Jesus da

⁵ Sobre o mesmo tema, Tavares (2008, pp. 87-88) assim se pronuncia: “Outra forma de propriedade da terra na Bahia foi a ‘posse’. Era direta e simples. Muitas vezes sucedeu com ‘fazendas’ que pertenciam às famílias da Casa da Torre (os Dias de Ávila, depois associadas aos Pires de Carvalho e Albuquerque) e da Casa de Nizza (os Guedes de Brito e os Saldanha da Gama)”.

Lapa⁶ (SEI, 2018, p. 177). A Mancha de Pobreza São Francisco e o Território de Identidade (TI) Velho Chico se interseccionam, haja vista SEI (2018) informar que a porção norte do Território compreende área que ficou à parte nos planos de desenvolvimento regional. Nesse mesmo estudo se vão apresentar as condições em que se encontra todo o TI Velho Chico, com áreas onde predomina a agricultura de subsistência e indicadores sociais abaixo do recomendável. Vale muito referir o uso patronal predominantemente extensivo das terras ali presentes, as quais, ao mesmo tempo, acabam “servindo muitas vezes somente como reserva de valor, gerando pouco emprego e renda” (RIBEIRO; OLIVEIRA, 2015, p. 190). Essas autoras, nesse sentido, chegam a defender a posse da terra por aqueles que nela de fato produzem.

3.1. ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOBRE A QUESTÃO DA POBREZA

3.1.1. Estatísticas e Caracterização Socioeconômica do Território

Os 16 municípios do TI Velho Chico formam um conglomerado (370.095 mil habitantes, 2,6% dos habitantes do Estado da Bahia; 45.622,10 km², 8,07% do território) (IBGE, 2010 *apud* SEI, 2018) de unidades político-administrativas com as mais diversas e diferentes características. Dentre elas, existem as que possuem receita tributária própria elevada (caso de Igaporã, com 21,5% da receita tributária recolhida no âmbito do TI Velho Chico) e as que dependem quase completamente de transferências enviadas por outros níveis de governo (Malhada possui apenas 1,6% das receitas arrecadadas no território; Feira da Mata, 1,7%; Matina e Sítio do Mato, 2,6%; Carinhanha, 2,8% todos esses abaixo de 3% - segundo o mesmo contexto); além das que se constituem em verdadeiros polos educacionais (Bom Jesus da Lapa, com universidades e instituições de ensino federais e estaduais, além das particulares) e as que ostentam elevados contingentes de analfabetos (Matina, 31,2% e Morpará, 27,9%) (SEI, 2008).

⁶ SEI (2018, pp. 177-178) assim se referiu ao local que depois deu origem ao município de Bom Jesus da Lapa: “[...]. Também no mesmo período, por meio de bandeiras organizadas pelo mestre de campo Antônio Guedes de Brito, proprietário da sesmaria da Casa da Ponte, iniciou-se o povoamento da região. Penetrando no sertão baiano, os bandeirantes instalaram muitas fazendas de gado, entre elas a fazenda ‘Morro’ que originou o povoado de Bom Jesus. Todavia, o povoamento só tomou impulso com a chegada do português Francisco Mendonça Mar ao local, em 1681. Mendonça Mar chegou à Bahia em 1679, onde trabalhou como ourives e pintor. Depois, cumprindo penitência, despojou-se de todos os bens e saiu caminhando pelo sertão, conduzindo uma imagem do Senhor Bom Jesus, até encontrar uma aldeia de índios Tapuias, situada entre o morro e o rio. Instalando-se na gruta mais oculta, Mendonça Mar foi encontrado por garimpeiros, que espalharam a notícia da existência de um homem santo que habitava uma gruta. Daí em diante, o morro passou a ser ponto de afluência de peregrinos e aventureiros que ali se estabeleceram, formando o povoado de Bom Jesus da Lapa”.

Da mesma forma, o TI Velho Chico possui municípios com PIB de R\$ 630 milhões – Bom Jesus da Lapa, até outros com R\$ 48 milhões – Morpará, ostentando também produtos de R\$ 296 milhões e R\$ 274 milhões – Barra e Ibotirama (SEI, 2018), respectivamente. Seu Coeficiente de Gini apresenta também valores interessantes e bem característicos, embora abaixo do ostentado pelo Estado em 2010 (0,631). As cidades Sítio do Mato, Brotas de Macaúbas e Bom Jesus da Lapa têm índices respectivos de 0,596, 0,565 e 0,564, sendo que a penúltima destas, conforme se disse acima, ostenta o maior Produto Interno Bruto do TI (de uma forma geral, o Gini dessa região é 0,578) (IBGE, 2001; 2011 *apud* SEI, 2018). As cidades Sítio do Mato, Barra e Muquém do São Francisco possuem, respectivamente, 48,9%, 42,2% e 36,6% de pessoas em condição de extrema pobreza, acima dos números apresentados pelo Território (em média, 28,4%) e muito acima dos números da Bahia (15,0%) (IBGE, 2011 *apud* SEI, 2018).

3.1.2. A Questão da Pobreza

Vista a breve caracterização acima, cabe agora resenha de referenciais relativos aos temas imbricados no título deste *box*. O que será feito na ordem ali estabelecida pois que não se pode falar de pobreza sem falar de desenvolvimento – a acepção deste termo defendida neste trabalho pressupõe a elevação das condições materiais humanas. Por sua vez, também não se pode falar de desenvolvimento sem se referir à ideia de planejamento, pelo menos segundo o que pensam pesquisadores como Aguiar (2000) acerca do que ficou conhecido como o “enigma baiano” na questão do desenvolvimento. Afinal, a Bahia pode ser desenvolvida? Ou estamos fadados ao subdesenvolvimento?

Não é por deformação profissional, sendo eu professor de Economia, que aponto, como primeira providência, o estudo científico do “enigma baiano”, dentro de tal orientação. Em segundo lugar, a terapêutica: o planejamento. Já se foi o tempo em que se podia confiar ao automatismo do mercado, ou ao empirismo da boa vontade dos “entendidos”, a solução de problemas desta magnitude. Planejamento não significa estatismo, e sim demonstração de que o homem tem capacidade para dirigir, em termos racionais, o seu próprio destino. Em terceiro lugar, a motivação, a mobilização do consentimento coletivo e da opinião pública, em torno das políticas que devem ser adotadas, para corrigir estes pontos de estrangulamento que asfixiam a economia baiana, e que já se aproximam de pontos de ruptura (AGUIAR, 2020, pp. 186-187).

Bem a propósito, também vale afirmar o que disse esse mesmo intelectual acerca de outras pré-condições necessárias ao desenvolvimento desse Estado.

Segundo ele, essa problemática precisa ser abordada de maneira global, envolvendo todo o país. Ou seja, não é possível pensar em desenvolvimento da Bahia sem considerar a necessidade de que essa unidade federativa seja integrada ao país. Para tanto, torna-se necessário “[...] com-vencer os homens do sul, empresários e estadistas, de que não é possível encarar confiantemente o futuro do desenvolvimento da sua região, sem a integração melhor do mercado nacional, com melhoria do padrão de produção e de consumo das populações rurais [...]” (AGUIAR, 2020, p. 192-193).

Pensamento esse, aliás, que remete à forma de inserção, no cenário mundial, do Estado, agente capaz de concatenar essa visão geral de país. Theis (2017, p. 18), a propósito, utilizando o termo “semiperiferia”, refere-se a uma fragmentação regional organizada em função da acumulação do capital, devida à forma subordinada como isso deu ao longo de nossa história. Conclui seu raciocínio afirmando da importância de “[...] bloquear o persistente fluxo do passado, com todas as suas mazelas, de impedir que o passado estenda ‘os conteúdos formais fechados provindos do que-já-se-efetivou’ sobre ‘o que-ainda-não-veio-a-ser’ (Bloch, 2005, p. 16)”.

A literatura sobre a questão da pobreza é vasta, como de resto todas as questões que desafiam a ciência. Buscou-se aqui fazer uma exposição de algumas das principais ideias a respeito, as quais abrangem cenários nacionais e internacionais diferenciados, bem como, matizes intelectuais diversos. Tang (2019), por exemplo, falando a partir da realidade da China e de um matiz multidimensional, afirma que o combate à pobreza deve estar ligado aos objetivos finais do desenvolvimento, algo como colocar a melhoria das condições socioeconômicas do ser humano como objetivo. Não se deve, assim, buscar somente o alívio da pobreza e a melhoria da qualidade de vida em sociedade, mas aliar desenvolvimento e combate à pobreza como objetivo principal e último. Silva (2002, p. 29), neste contexto, raciocina em sentido semelhante ao propugnar pela integração de políticas sociais e econômicas de forma a se obter um “desenvolvimento econômico harmônico”, muito embora seja incrédula quanto a essa possibilidade. Para a autora, é necessário perguntar se “[...] se numa sociedade, intrinsecamente fundada na exploração e na exclusão e na desigualdade, é possível se concretizar o ideal da integração do econômico com o social na perspectiva da equidade. [...]”.

Vieira e Santos (2012, pp. 366-367), discutindo o conceito de desenvolvimento e defendendo que se vá além da questão quantitativa, argumenta pela necessidade de se incluir outras dimensões aos objetivos do desenvolvimento. Para eles,

A política de desenvolvimento regional deve ser repensada e reclassificada em outras categorias, como as realizações feitas com os recursos disponíveis na busca da produtividade social, no estabelecimento de valores conforme a cultura local, nas relações sociais entre os indivíduos da região e o ambiente no qual está inserido buscando valores que contribuam para a melhora na qualidade de vida, além dos valores econômicos.

Perrons (2012) propugna pelo entrelaçamento entre desigualdade econômica, social e espacial, fazendo a devida crítica a movimentos de desvinculação entre essas três faces. Rodriguez; Sanchez-Riofrío (2017) afirmam, no processo de desenvolvimento, o papel das tecnologias da informação, muito embora façam importante ponderação. De um lado dizem que elas aumentam a produtividade e os níveis de acumulação, de outro fazem que fazem aumentar a desigualdade econômica e social. Para contrabalançar essa tendência, em sua visão, tornar-se-ia necessário investir em educação e outras políticas públicas. No mesmo sentido expõem Mushtaq e Bruneau (2019), mas quanto ao aspecto da inclusão financeira das pessoas e a relação desse fator com o crescimento econômico. Na visão desses últimos, as TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação influenciam na redução da pobreza, além de causarem crescimento econômico. Para além de questões tecnológicas, Brugué, Gomà e Subirats (2002, pp. 39-40) afirmam não serem localizadas e setorializadas as questões de exclusão social. Daí sugerirem a renda universal de cidadania como desafio básico. Nesse debate, Pochmann e Silva (2020) afirmam que as políticas para transferência de renda implementadas na primeira década do século XXI podem tratar desigualdades apenas no curto prazo. No longo prazo devem ser tentadas medidas que modifiquem a estrutura regional. Daí sua hipótese de se realizar investimentos em educação e infraestrutura econômica.

Tilak (2007) afirma a importância de políticas sociais voltadas não somente à educação fundamental como também ao ensino médio e superior para o crescimento econômico. Abordando a realidade da Índia, contradita certa tendência existente no país de promover um nível de educação em detrimento a outro, como se fosse esse o caminho correto a ser seguido. Em termos de Brasil,

Souto, Santos e Pessoti (2017), analisando dados empíricos acerca da UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, ressaltam a influência existente entre a criação dessa instituição de nível superior e as melhorias havidas em geração de emprego, crescimento econômico e desenvolvimento regional para a região envolvida.

Conclui-se esse *box* com duas análises acerca da pobreza na Bahia, ajuntando-se a isso sugestões para solução dessas mesmas análises. Num primeiro estudo, SEI (2017) aponta o mapa da pobreza na Bahia, destacando quatro regiões de extrema pobreza, com duas delas ainda se destacando negativamente. Manchas Litoral, Sudoeste, Nordeste e São Francisco, assim, concentrariam os piores índices em Educação, Emigração, Saúde, Moradia e Renda, ficando em destaque as duas últimas daquelas Manchas – a dimensão Renda sobressai em todas elas. No tocante ao TI Velho Chico, há certa coincidência de municípios, todos situados na região norte do território.

Pessotti (2020, p. 177), de sua parte, analisando unidades federativas com menos de 20 mil habitantes baianos e utilizando a noção multidimensional, afirma que “a análise da pobreza nos pequenos municípios da Bahia não deve ser dissociada [...]” de dimensões com a estatal, a econômica e a dos direitos sociais “[...] tampouco pode negligenciar as características histórico-sociais que marcam e condicionam a organização social desses espaços”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Originado em primeira instância no processo de colonização do território brasileiro por meio do sistema das Sesmarias, o TI Velho Chico e os municípios que hoje o compõem mostram-se diversificados em termos históricos, geográficos e socioeconômicos. A população ali vivente, da mesma forma, diversifica-se nos municípios, muito embora padeça de condições socioeconômicas semelhantes e em níveis mais baixos do que aquele registrado para o Estado como um todo. Procurar saídas para tal situação por meio de investimentos adequados e aderentes ao contexto socioeconômico em pauta, tendo por contexto aquilo que já foi tentado em prol do desenvolvimento local, constitui tentativa para elevar a qualidade de vida, no que se buscará atingir a questão histórica da pobreza em suas causas e origens no sentido de sua superação.

5. REFERÊNCIAS

AGUIAR, P. de. Por Que Não se Industrializa a Bahia? *In*: PESSOTTI, G (org.). **Memórias da Economia Baiana**. Salvador: SEI, 2020, pp. 185-197.

A POLÍTICA TERRITORIAL E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL. **Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia. (SEPLAN)**, 2021. Disponível em https://seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Historico_da_Politica_Territorial_da_Bahia_v3.pdf. Acesso a 01/04/2020.

BRUGUE, Q.; GOMA, R.; SUBIRATS, J. De la Pobreza a la Exclusión Social: Nuevos Retos Para las Políticas Públicas. **Revista Internacional de Sociologia (RIS)**, Barcelona, v. 60, n. 33, pp. 07-45, Septiembre-Diciembre, 2002.

ESTRELA, E.S. **Ação Coletiva no Alto-Médio São Francisco**: o caso da Fundifran (1971-2003). *In*: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, julho de 2011, São Paulo, Anais Eletrônicos.

MANCHAS DE POBREZA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA BAHIA. SALVADOR: **SEI**, 2017. 109p. (Série Estudos e Pesquisas, 101).

MUSHTAQ, R; BRUNEAU, C. Microfinance, Financial Inclusion and ICT: implications for poverty and inequality. **Technology in Society**, v. 59, November, 2019.

PAUTASSO, D. Desenvolvimento e Poder Global da China: a política *made in china* 2025. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. Porto Alegre, v.8, n.16, p.183-198, Jul./Dez., 2019

PERFIL DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE. SALVADOR: **SEI**, 2018. 252 p. 252 (Série territórios de identidade da Bahia, v. 3).

PERRONS, D. Regional Performance and Inequality: linking economic and social development through a capabilities approach. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, Cambridge, v. 05, Issue 01, pp. 15-29, Março de 2012.

PESSOTTI, F.C.C.L. **Políticas Sociais e Dinâmica Econômica e Suas Relações Com a Pobreza Multidimensional**: uma análise para os pequenos municípios da Bahia. Tese (Doutorado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

POBREZA NA BAHIA EM 2010: DIMENSÕES, TERRITÓRIOS E DINÂMICAS REGIONAIS. Salvador: **SEI**, 2014. 193 p. (Série Estudos e Pesquisas, 97).

POCHMANN, M; SILVA, L. C. Concentração Espacial da Produção e Desigualdades Sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v.22, pp. 01-25, jan.- dez. 2020.

RENOVA ENERGIA IRÁ CONSTRUIR COMPLEXO DE ENERGIA EÓLICA EM BARRA. **Notícias da Lapa**. Bom Jesus da Lapa, Sábado, 15 de outubro de 2021. Disponível em <https://www.bomjesusdalapanoticias.com.br/regiao/renova-energia-ira-construir-complexo-de-energia-eolica-em-barra/>. Acesso a 21/10/2021.

RIBEIRO, C. S., & DE OLIVEIRA, G. G. (2015). Poder político e propriedade da terra no território do Velho Chico, Bahia. **Revista Brasileira De Ciência Política**, v.17, pp. 179–207, setembro, 2019.

RODRIGUEZ, J.G; SANCHEZ-RIOFRÍO, A. TIC y Pobreza en América Latina. **Revista de Ciências Sociais**, n. 57, pp. 141-160, Quito, enero 2017.

SANDRONI, P (Org.) **Novíssimo Dicionário de Economia**. Editora Best Seller, 1999.

SEI LANÇA PRIMEIRO PAINEL DE INDICADORES PARA OS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA. **Gov. Bahia – O Portal Oficial do Estado da Bahia**, 24/08/2021. <http://www.bahia.ba.gov.br/2021/08/noticias/economia/sei-lanca-primeiro-painel-de-indicadores-para-os-territorios-de-identidade-da-bahia/>. Acesso a 04/12/2021.

SILVA, M.O. S. O Debate Sobre A Pobreza: Questões Teórico-Conceituais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 06, nº 02, pp. 01-31, 2002.

SILVA, J.J; BRUNO, M.A.P; SILVA, D.B.N. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015. **Revista de Economia Política**, v. 40, n. 1, pp. 138-160, janeiro-março/2020.

SILVEIRA, S.M.B. **A geopolítica da sede no Brasil**: um estudo sobre a água e pobreza no campo. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2017.

SOUTO, R.L.S; SANTOS, F. da S; PESSOTI, G.C. Educação Superior Como Vetor de Desenvolvimento Regional: análise atual da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e seus reflexos econômicos para o município de Cachoeira. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 27, n. 2, pp. 105-129, maio de 2018.

SOUZA, N. de J. Economia Regional: conceito e fundamentos teóricos. **Revista Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v.11, n.32, pp.67-102, 1981.

SOUZA, P.H.G.F de. Os Efeitos das Desigualdades Regionais Sobre a Desigualdade Interpessoal de Renda no Brasil, nos Estados Unidos e no México. Texto Para Discussão Nº 1897. Rio de Janeiro: **IPEA**, novembro de 2013.

STAMPINI, M [et al). Poverty, Vulnerability and the Middle Class in America Latina. **Inter-American Development Bank Social Protection and Health Division**, Mayo de 2015.

Tang, L. Multidimensional Poverty and Anti-poverty Policy. *In*: Zuo, C. (org.) **The Evolution of China's Poverty Alleviation and Development Policy (2001-2015)**. Singapore, pp. 155-181, 05 de novembro de 2018. Disponível em https://doi.org/10.1007/978-981-13-1690-6_6. Acesso a 04/12/2021.

THEIS, I.M. Desenvolvimento regional no Brasil - inserção subordinada na economia mundial e fragmentação do território. *In*: **XVII ENAMPUR** – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. São Paulo, 2017.

TILAK, J.B.G. Post-Elementary Education, Poverty and Development in India. **International Journal of Education Development**, v. 27, n. 4, pp. 435-445, July 2007.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. dos. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 8, n. 2, 2012.